

Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades federais, REUNI: análise do programa

Com início em 2008, o REUNI foi um dos programas de governo que visava ampliar o acesso à educação superior, resultado das reivindicações da sociedade civil por melhores condições. O objetivo desse artigo é analisar o programa REUNI a partir de indicadores quantitativos comparando antes da implantação do REUNI com os anos posteriores ao início do programa. Para isso, foram levantados indicadores como números de vagas, de ingressantes de matriculados, de concluintes, de professores, de técnicos e de cursos ao longo dos anos para uma análise comparativa. Os resultados mostraram uma melhora no que diz respeito aos indicadores buscados. Vale ressaltar que os dados levantados não apresentam uma metodologia de como foram tratados.

Palavras-chave: REUNI; Educação superior; Indicadores.

Support program to plans for restructuring and expansion of federal Universities, REUNI: program analysis

REUNI was implemented in 2008 and was one of the government programs that aimed at expanding the access to higher education, a result of civil society's demands for better conditions. This paper proposes to analyze the achievement of the goals of the REUNI from quantitative and qualitative indicators comparing before the implementation of the REUNI with the years after the beginning of the program. For this, indicators such as number of vacancies, enrollments, graduates, professors, technicians, and courses over the years for a comparative analysis were studied. The results showed an improvement. It is noteworthy that the data collected do not present a methodology of how they were treated.

Keywords: REUNI; Higher education; Indicators.

Topic: **Gestão Pública**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.


Received: **07/04/2022**

Approved: **02/06/2022**

Miria Aparecida do Espírito Santo e Santos
Universidade Federal de São João Del Rei, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6820233508255315>
miriaaparecida@ufsj.edu.br

Lídia Ferreira Mariano da Paz
Universidade Federal de São João Del Rei, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3668984284079657>
lidia.paz@ufsj.edu.br

Gustavo Melo Silva
Universidade Federal de São João Del Rei, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3860918012578750>
gustavomelo@ufsj.edu.br

André Luiz Bertassi 
Universidade Federal de São João Del Rei, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8102021548046568>
<https://orcid.org/0000-0002-5423-4465>
bertassi@ufsj.edu.br



DOI: 10.6008/CBPC2179-684X.2022.002.0019

Referencing this:

SANTOS, M. A. E. S.; PAZ, L. F. M.; SILVA, G. M.; BERTASSI, A. L.. Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades federais, REUNI: análise do programa. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v.13, n.2, p.280-291, 2022. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-684X.2022.002.0019>

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais relativos à entrada e permanência no ensino superior foi implementado em 2008, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Dentre os objetivos do REUNI, o Governo Federal estabeleceu como meta aumentar o percentual de jovens entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior de 13,1% em 2007 para 30% em 2012 e obter uma taxa de conclusão média na graduação de 90%. Além disso, almejava ampliar o acesso ao ensino superior público com o aumento das vagas nos cursos e maior oferta de cursos noturnos¹ (BRASIL, 2007; LIMA, 2013).

Assim, o REUNI foi concebido como uma política pública com o intuito de mitigar o desequilíbrio social. Para tanto, o Estado destinou recursos para as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) a fim de se ofertar um maior número de vagas e cursos. O período previsto para a implementação do REUNI foi de 2008-2012, dessa forma, o prazo para alcançar as metas estabelecidas foi de 5 anos. Portanto, busca-se avaliar os indicadores do ensino superior em nível nacional, verificando se as metas relativas a tais indicadores foram cumpridas.

Os indicadores constituem uma ferramenta fundamental para analisar as condições do ensino antes e após o REUNI, dessa forma, o objetivo deste artigo é verificar os principais efeitos proporcionados pela expansão universitária para a universidade por meio da análise de indicadores quantitativos.

Dessa forma, o trabalho se divide em cinco seções. A próxima seção apresenta uma revisão da literatura sobre o ensino superior no Brasil e avaliações do REUNI, por meio de uma revisão dos indicadores já utilizados para análise do mesmo. A seção 3 descreve a metodologia utilizada neste artigo e define os indicadores a serem analisados. Na seção 4, os dados são apresentados com a aplicação da metodologia para a discussão dos resultados. Por fim, a seção 5 apresenta as considerações finais.

REVISÃO TEÓRICA

Contexto histórico do ensino superior no Brasil

O Brasil foi o último país da América a instituir o ensino superior universitário com a criação da Universidade do Rio de Janeiro (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) no ano de 1920, porém foi somente em 1931 que ocorreu a primeira iniciativa de organizar as instituições de ensino superior em sistemas universitários com a formulação do Estatuto das Universidades Brasileiras (CISLAGHI, 2010; VIEIRA et al., 2017).

Na década de 50 houve uma expansão do ensino superior com aumento do número de cursos bem como a criação das primeiras instituições de fomento à pesquisa e apoio à formação de pessoal de nível superior: a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, criada em 1951 com o intuito de aprimorar o quadro docente do nível superior e o Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq, também criado em 1951 para coordenar e planejar o desenvolvimento das atividades de ciência e tecnologia no país

¹ <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2009-pdf/2069-reuni-relatorio-pdf>

(CISLAGHI, 2010).

Segundo Vieira et al. (2017), o primeiro grande ciclo de expansão do ensino superior se deu no regime militar, quando houve um crescimento no número de vagas, resultado das pressões de ampliação da oferta pela classe média e o aumento da demanda de cargos mais especializados pelo mercado de trabalho. Apesar disso, Abrucio (2007) ressalta que o período militar foi caracterizado por aumentar as dificuldades na administração pública brasileira.

Com a maior demanda por serviços públicos mais eficientes para o consumo coletivo, a reforma gerencial chegou nos anos 1980, com o fim do período militar, para suprir tais necessidades e ajudou a validar o Estado Social, uma configuração de Estado na qual o consumo coletivo relativamente igualitário é importante. Contudo, cabe ressaltar que os atores políticos na redemocratização focaram em corrigir os erros do período militar, deixando de lado os novos desafios históricos (ABRUCIO, 2007; BRESSER, 2010b).

A Constituição Federal de 1988 chegou trazendo grandes mudanças, afastando o legado autoritário do regime militar. Com a Constituição, os cidadãos brasileiros conquistaram direitos sociais, entre eles a educação. Nesse momento, a educação básica passa a ser responsabilidade do Estado. Entretanto, apesar da educação básica ser assegurada como pública e gratuita, a educação superior deveria ser obtida de acordo com a capacidade do indivíduo. Apesar da Constituição tender a um aumento da influência do Estado no quadro social, notou-se que a Constituição não tinha solucionado diversos problemas da administração pública brasileira o que permitiu o começo do emprego do neoliberalismo na política econômica do país nos anos seguintes com o crescimento da defesa das privatizações (ABRUCIO, 2007; BRASIL, 1988; CISLAGHI, 2010; FAVATO et al., 2018).

Os oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foram marcados por uma mudança de direcionamento da expansão das matrículas do setor público para o privado, mesmo aquela seguindo também com um crescimento contínuo. Isso se deu, pois, a legislação brasileira através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 admitiu pela primeira vez a possibilidade de as instituições privadas de ensino terem lucro. Segundo Cislighi (2010), o governo FHC se caracterizou pela realocação dos recursos financeiros de investimento em prol do mercado financeiro. Ademais, a LDB permitiu a modalidade de ensino à distância para a educação de nível superior (CISLAGHI, 2010; VIEIRA et al., 2017).

No primeiro ano de governo FHC, foi implementada a Reforma de Estado, ou reforma Bresser, que visava tornar a administração pública mais gerencial e menos burocrática, ou seja, voltada para resultados. Baseada nas grandes mudanças na administração pública mundial, tal reforma não conseguiu adaptar as transformações internacionais para as particularidades brasileiras. E ainda que não tenha sido inteiramente aplicada quando da sua formulação, determinou uma racionalidade e marcou o começo da evolução da repercussão social na avaliação da educação. Ademais, a reforma Bresser foi responsável por dar início ao conceito de parcerias público-privadas (PPPs) ao estruturar um novo modelo de gestão que propunha definir um espaço público não-estatal (ABRUCIO, 2007; MANCEBO et al., 2015; SALES et al., 2019; VIEIRA et al., 2017).

Outro marco importante nesse período foi a publicação do Plano Nacional de Educação (PNE) em

2001 que tinha como objetivo expandir o ensino superior em geral (setor público e privado) no país (VIEIRA et al., 2017).

Apesar de representantes de seu partido (PT) ter sido críticos à Reforma Gerencial quando na oposição, o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) manteve a administração gerencialista. No contexto da educação, tal fato foi evidenciado quando o MEC propôs planos estratégicos das universidades federais que adotaram o Reuni (BRESSER, 2010b; SALES et al., 2019).

Para Abrucio (2007), o governo Lula errou em não definir uma agenda em prol da reforma da gestão pública. Isso aconteceu pois o PT via um projeto de reforma de Estado como de natureza neoliberal, o que era repudiado no partido. Assim, o governo falhou categoricamente para quem tinha o objetivo de aumentar a efetividade políticas públicas, especialmente as sociais, sem prejudicar o necessário ajuste fiscal (ABRUCIO, 2007).

Apesar de gerencialista, neste período houve um maior apoio à expansão do acesso às universidades públicas. Contudo, o crescimento das vagas nas escolas privadas permaneceu maior que o do setor público. No início do mandato de FHC observava-se uma oferta de 39,8% das matrículas na educação superior em escolas públicas e 60,2% nas privadas. Já, no final do seu governo, em 2002, registrava-se 69,2% das matrículas em instituições privadas. Em 2010, último do governo Lula, as matrículas na rede privada atingiram 74,2% (MANCEBO et al., 2015; SALES et al., 2019).

Segundo Bresser (2010a), para uma diminuição nas diferenças de educação, a nação deve ser mais democrática e conseqüentemente a política mais autônoma. Nesse contexto, com o intuito de democratizar o acesso e permanência, o governo Lula iniciou um processo de expansão do ensino de nível superior. Tal processo se deu através de uma ampliação da rede federal de ensino (com o REUNI), política de cotas, bolsas integrais ou parciais em instituições privadas (PROUNI) e ampliação de vagas, matrículas e cursos nas universidades. Com isso, o ensino superior apresentava um panorama de expansão com qualidade e integração de uma população historicamente excluída do ensino de nível superior (LUGÃO et al., 2010; SALES et al., 2019).

Análise nacional do REUNI

Para uma melhor compreensão do REUNI e de seus resultados, é importante as fases do processo de expansão das IFES que são: Pré-expansão ou Pré-REUNI, Expansão I, REUNI e Pós REUNI. A fase denominada Expansão I, aconteceu entre os anos de 2003 e 2007 tendo como objetivo principal a interiorização do ensino superior público federal (BRASIL 2012)².

O REUNI teve como principal objetivo a ampliação do acesso e permanência na educação de nível superior, com qualidade e otimização dos recursos. Para isso, tinha como meta a elevação mínima de 20% nas matrículas até 2012; o aumento gradual da taxa de concluintes nos cursos de graduação presenciais para 90%; crescimento gradual da relação aluno/professor para 18 alunos por docente.

² <https://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2013-pdf/12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf>

O relatório do primeiro ano do REUNI, mostra que foi cumprido algumas metas propostas, inclusive houve casos que ultrapassaram as metas pré-estabelecidas. De acordo com Lugão et al. (2010) que analisou os trabalhos de alguns pesquisadores sobre o REUNI, antes do prazo de conclusão do programa, se verificou um ceticismo desses pesquisadores em relação ao REUNI. O programa previa um aumento do número de vagas sem o correspondente aumento do número de docentes, bem como a falta de tempo hábil para que as universidades constituíssem seus planejamentos. Por outro lado, percebe-se pontos positivos relativos ao aumento de recursos financeiros e à interiorização das universidades, possibilitando se alcançar regiões descobertas deste serviço.

O relatório de 2012 analisou a expansão das universidades federais levando em consideração o período da expansão I, desde 2003. Nesta análise chegou-se à conclusão que a expansão foi uma das políticas públicas do governo federal, de maior importância neste setor, porém ressalta-se a necessidade de um processo contínuo e cumulativo. O documento mostra uma evolução de cerca de 111% nas vagas de graduação presencial nas Ifes, de 2003-2011, perfazendo um aumento de 60% nas matrículas, um crescimento global de 44% do número de professores, principalmente referentes aqueles com doutorado, bem como um incremento nas bolsas de estudo para a pós-graduação no mesmo período.

As análises de Favato et al. (2018) sobre o REUNI partindo da literatura, concluem que o programa obteve melhorias quantitativas por meio da expansão do acesso à educação pública, principalmente por alunos de regiões onde não havia a oportunidade de ingresso ao ensino superior e daqueles de famílias de baixa renda.

Conforme Magalhães et al. (2018) a produção científica relativa à expansão do ensino superior mostra duas perspectivas: a primeira sob a ótica da avaliação política e a outra sobre sua implementação e seus efeitos iniciais. Os autores apontam para a falta de consenso em torno do REUNI, observando-se ainda, que o REUNI não alcançou as metas estabelecidas, no que se refere aos percentuais de alunos concluintes, reestruturação curricular e relação docente/estudante.

Para Oliveira et al. (2014) a eficiência operacional das Instituições Federais de Ensino Superior nos períodos pré-REUNI (2006-2007) e REUNI (2008-2012) considerando indicadores de eficiência propostos pelo Tribunal de contas da União (TCU) que são: o custo/aluno, aluno/professor, aluno/técnico, grau de participação estudantil (GPE), grau de envolvimento do discente na pós-graduação (GEPG), conceito CAPES, índice de qualificação do corpo docente (IQCD) e alunos diplomados/alunos ingressantes (taxa de sucesso na graduação (TSG). Os autores perceberam que a eficiência não se alterou de um período para o outro, visto que as instituições apresentaram alta eficiência relativa em ambos os períodos.

Da mesma forma que Oliveira et al. (2014); Paula et al. (2020) utilizaram os indicadores de eficiência do TCU para investigar os efeitos do REUNI nas Universidades Federais de Ensino Superior brasileiras, porém, utilizaram o teste de hipóteses de diferenças entre médias. Os autores concluíram que houve um aumento dos gastos para a manutenção das estruturas universitárias e também um avanço no conceito médio dos cursos avaliados pela CAPES, qualificação do corpo docente e dos programas de Pós-graduação, apesar de não ser foco do programa REUNI.

Análise de uma universidade em particular

Os trabalhos de Melo (2011), Medeiros (2012), Brito (2013), Antunes (2016), Lima et al. (2016) e Pereira³ analisaram universidades específicas. Conforme Melo (2011) que analisou a Universidade Federal de Tocantins (UFT) quanto à democratização do ensino superior sob o aspecto quantitativo e qualitativo, a implantação do programa não foi consenso no campus de Palmas e não foi constatada a democratização no âmbito da inclusão social. O investimento realizado na instituição não foi proporcional às atividades implementadas.

Para Medeiros (2012), a Universidade Federal do Pará (UFPA) obteve benefícios quanto à infraestrutura e contratação de servidores. Porém, se percebe uma imposição do programa na universidade, já que haveria uma perda de recursos se a IFE não aderisse ao programa. Constataram ainda, o não cumprimento das metas globais do REUNI.

A análise de Brito (2013) quanto a implantação do REUNI na Universidade de Brasília (UnB) no período de 2008 e 2011 se baseou nas metas referentes ao aumento de vagas e da redução da evasão considerando os cursos de licenciatura em Física, Letras, Matemática e Química. Os resultados concluíram que não foi cumprido a meta relativa à taxa média de conclusão, mas, houve o atingimento da meta de ampliação de vagas.

Antunes (2016) considerou os efeitos do REUNI na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) utilizando a teoria sociológica sobre a educação superior. Verificou se um crescimento no número de vagas nos cursos noturnos e um maior quantitativo na conclusão dos cursos. Porém, as metas de alcançar 90% de concluintes na graduação presencial ou ao menos de 30% dos jovens da faixa etária inseridos no ensino superior se ficaram bem aquém de serem atingidas. Concluiu-se também que o Brasil não conseguiu mudar o cenário do ensino público, marcado pela desigualdade, num espaço considerado ainda, predominantemente branco.

As análises de Lima et al. (2016) quanto às mudanças na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com o REUNI, levam ao entendimento de que a UFMG atingiu as metas estipuladas quase que na integralidade com relação a novos cursos e aumento de vagas.

Para Moura et al. (MOURA et al., 2017), o enfrentamento da evasão é primordial do REUNI. O trabalho analisado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no período de 2000 a 2017 mostrou que os cursos novos ou que tiveram um aumento de vagas apresentaram maiores taxas de evasão. Ainda que cursos da área da saúde são os que apresentam menor evasão na universidade estudada.

De acordo com Pereira na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) o REUNI implantado foi um sucesso, possibilitando o aumento do número de vagas de discentes, de cursos e de vagas noturnas, além da melhora na infraestrutura nos três campi da universidade, proporcionado pela implementação de cerca de 130 obras.

³ <https://ufop.br/noticias/institucional/reuni-completa-10-anos-com-visivel-ampliacao-do-acesso-universidade>

Resumo dos indicadores

Com base nos trabalhos avaliados nessa seção, a Tabela 1 foi criada para um melhor entendimento do direcionamento das análises do REUNI.

Tabela 1: Resumo dos indicadores revisados.

AUTORES	Instituição	Indicadores														
		Custo/Aluno	Aluno/Professor	Aluno/Funcionário	Grau de Participação Estudantil (Gpe)	Grau de Envolvimento com a Pós-Graduação (Gepg)	Conceito Capes	Índice de Qualificação do Corpo Docente (Iqcd)	Alunos Diplomados/Alunos Ingressantes ou Evasão	Número de Alunos/Matrícula	Número de Cursos	Número de Docentes	Número de Vagas	Número de Vagas Noturnas	Obras/Infraestrutura	Orçamento ou Recursos Financeiros
Oliveira et al. (2014)	Ifes	x	x	x	x	x	x	x	x							
Paula et al. (2020)	Ifes	x	x	x	x	x	x	x	x							
Melo (2011)	UFTO									x	x	x				
Medeiros (2012)	UFPA		x							x	x	x	x		x	
Brito (2013)	UnB									x	x		x			x
Pereira et al. (2015)	UFSC									x			x			x
Antunes (2016)	UFRJ									x			x	x		
Lima et al. (2016)	UFMG										x		x	x		
Moura et al. (2017)	UFU									x						
Pereira (2018)	UFOP												x	x	x	

Nota-se pela Tabela 1 que as publicações apresentadas nessa seção focaram numa análise de indicadores quantitativos do ensino superior, provavelmente resultado de uma maior facilidade de levantar e analisar esse tipo de dado.

METODOLOGIA

No que diz respeito às políticas públicas, é importante destacar que existe um ciclo correspondente às 3 etapas seguintes: formulação, implementação e avaliação. Na primeira, o problema é identificado e um plano de ação é formulado para solucionar o problema. Na fase seguinte, as decisões tomadas na fase anterior são executadas. Por fim, a etapa final vai avaliar o impacto da política (SALES, 2018). Segundo Abrucio (2007), uma política pública efetiva está baseada em gestão por resultados e dessa forma, a administração pública deve ser orientada por metas e indicadores.

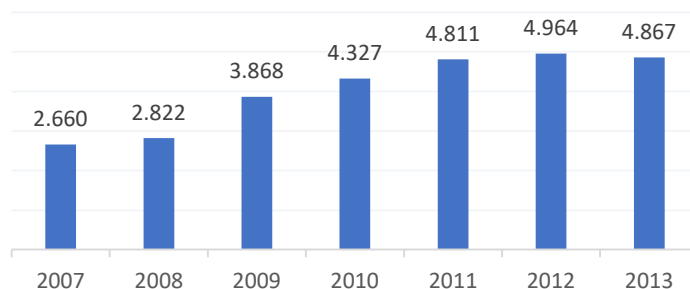
Vale ressaltar que este trabalho tem como objetivo a última etapa através da avaliação do programa REUNI, uma política pública de educação superior que foi implementada pelo governo federal. Dessa forma, indicadores serão analisados comparando o ano anterior (2007) com o ano final (2012) do REUNI a fim de entender a variação percentual com a implementação do REUNI. Para isso, a tabela 2 apresenta os indicadores selecionados para a avaliação na seção seguintes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

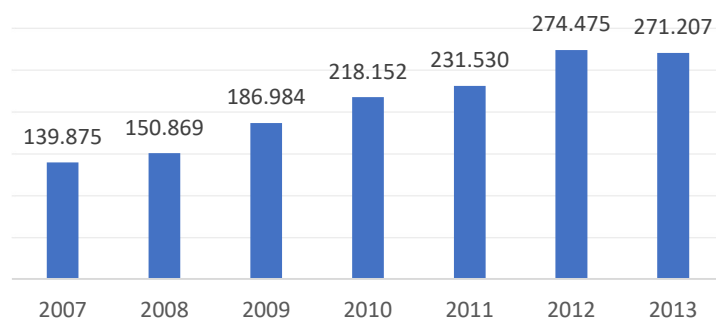
Nesta seção, os indicadores apresentados anteriormente serão analisados individualmente. Os valores aqui apresentados foram levantados de relatórios do Inep relativos à educação superior no país.

Tabela 2: Indicadores selecionados para a avaliação na seção seguintes.

Indicadores	Unidade de medida
Cursos oferecidos	unidade
Matrículas	unidade
Concluintes	unidade
Vagas ofertadas	unidade
Ingressantes	unidade
Taxa de Sucesso (ingressantes/concluintes)	%
Técnico-administrativo	unidade
Docentes (por titulação)	unidade

**Gráfico 1:** Histórico da quantidade de cursos ofertados em universidades federais

O Gráfico 1 apresenta a quantidade de cursos oferecidos pelas universidades federais ao longo dos anos. Nota-se um aumento na oferta de cursos desde 2007. Ainda, é importante perceber que houve um crescimento percentual de 86,6% entre os anos de 2007 e 2012, com um acréscimo de 2.304 cursos.

**Gráfico 2:** Histórico da quantidade de vagas oferecidas em Universidades Federais

O Gráfico 2 mostra a evolução do número de vagas ofertadas nas Universidades Federais, apontando para um acréscimo de 134.600 entre os anos de 2007 e 2012, o que significa um aumento de mais de 96%. O Gráfico 3 exibe a quantidade de ingressos, concluintes e sua relação ao longo dos anos em estudo. Nota-se um crescimento de 111% de ingressos entre os anos de 2007 e 2012. Quanto ao número de concluintes também houve melhora, porém mais discreta, contabilizando apenas 13%. A relação entre esses 2 valores revela a taxa de sucesso na graduação. Percebe-se uma piora nesse fator visto que houve um aumento expressivo no total de ingressantes que não foi acompanhada pelo mesmo aumento no total de concluintes.

No Gráfico 4 observa-se um aumento percentual de 68,4% entre os anos de 2007 e 2012 e um crescimento absoluto de 395.691 matrículas. Dessa forma, é importante apontar para o fato que o Reuni bateu a meta no quesito elevação do número de matrículas, que tinha como objetivo um crescimento mínimo de 20%. O Gráfico 5 mostra que o número de técnicos administrativos apresentou um crescimento da 46% durante o período analisado, sendo que o maior aumento ocorreu entre os anos de 2008 e 2009.

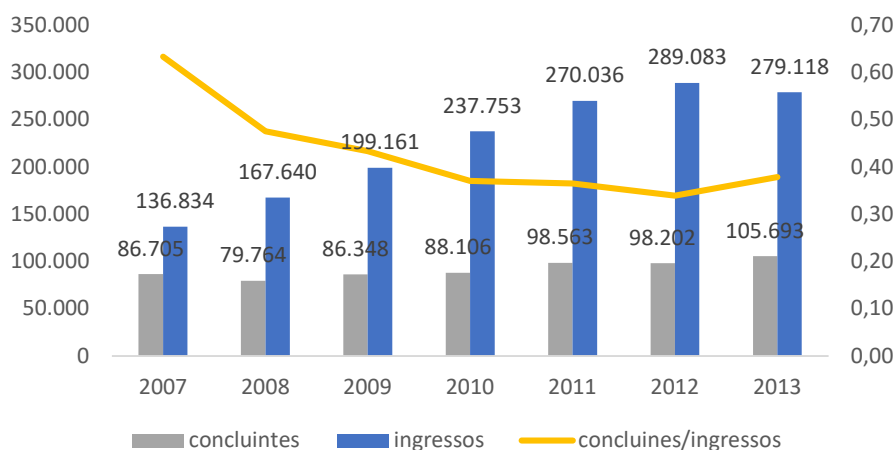


Gráfico 3: Histórico da quantidade de ingressantes e concluintes nas universidades federais

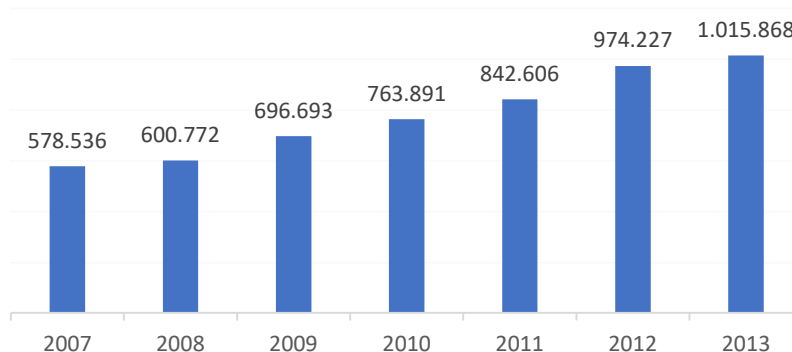


Gráfico 4: Histórico da quantidade de matrículas realizadas em universidades federais

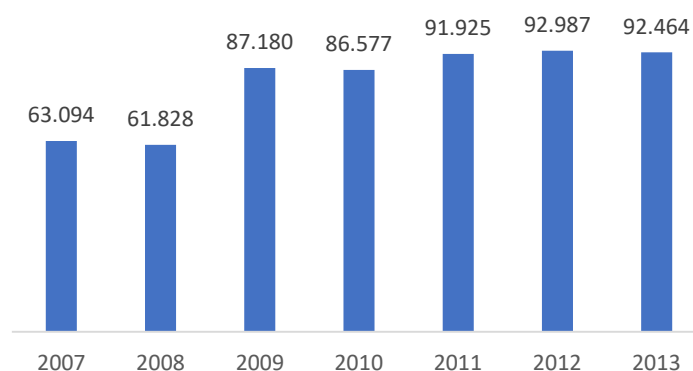


Gráfico 5: Histórico da quantidade de técnicos administrativos em Universidades Federais

O Gráfico 6 mostra a evolução do número de docentes por titulação entre os anos de 2007 e 2013. Nota-se um aumento de 43% neste período no número total de docentes. Tal aumento ocorreu principalmente devido ao expressivo crescimento de docentes com doutorado, o que resultou em 21mil mais docentes com esse título.

Analisando os cursos noturnos no Gráfico 7, percebe-se um aumento mais acentuado no crescimento das matrículas entre 2007 e 2013 (79%) quando comparado ao período diurno (68%). Entretanto, em relação aos concluintes a variação ficou na casa dos 13% para ambos os casos.

O Gráfico 8 apresenta a evolução do ensino à distância em universidades federais. Nota-se um crescimento nos três com uma evolução maior para o número de concluintes que atingiu um crescimento de 431% entre os anos de 2008 e 2012.

Por fim, nesta seção foi apresentada uma análise comparativa dos indicadores expostos na metodologia e observou-se que os resultados apresentados aqui apontam para uma melhora dos indicadores avaliados.

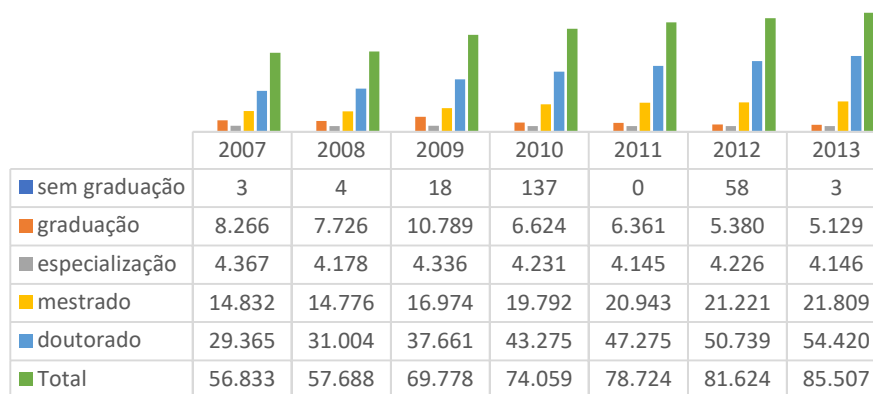


Gráfico 6: Histórico da quantidade de professores por titulação em Universidades Federais.

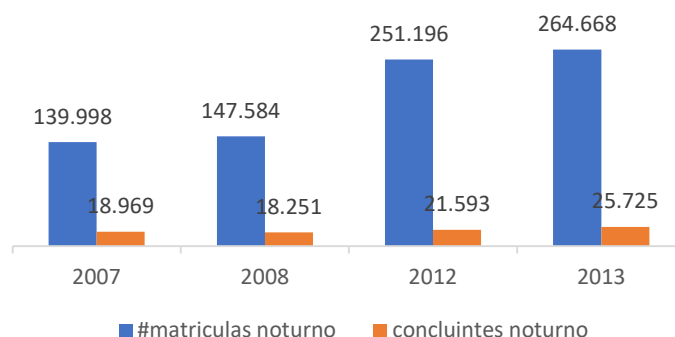


Gráfico 7: Histórico dos cursos noturnos em universidades federais quanto à quantidade de matrículas e concluintes.

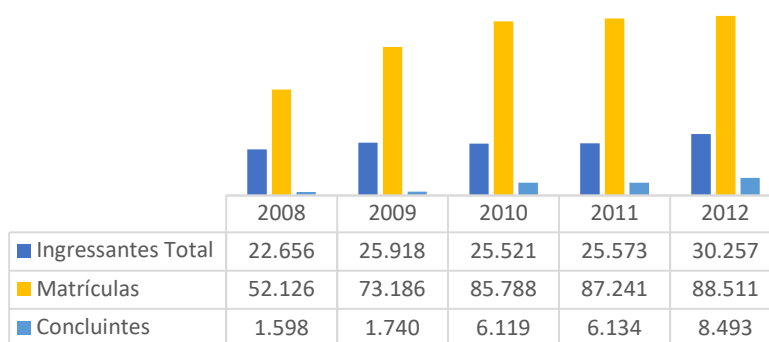


Gráfico 8: Histórico dos indicadores de ensino à distância em Universidades Federais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Reuni foi implementado no ano de 2008 pelo governo federal com o intuito de reduzir as desigualdades sociais através da ampliação do acesso às universidades públicas. Esse trabalho teve como objetivo avaliar o programa Reuni nas Universidades Federais como um todo. Para isso, foram levantados indicadores ao longo dos anos de 2007 a 2013 para que a avaliação pudesse ser realizada. Os indicadores usados neste trabalho foram: quantidade de cursos oferecidos, matrículas realizadas, número de ingressantes, concluintes, número de técnicos-administrativos e professores por titulação.

A análise comparativa dos indicadores ao longo dos anos nos permitiu observar uma melhora nos indicadores avaliados, especialmente quando foram verificados a quantidade de cursos e vagas oferecidos,

e o número de ingressantes. Vale ressaltar que o programa conseguiu bater a meta na questão relacionada ao aumento do número de matrículas.

Para trabalhos futuros, recomenda-se a análise dos indicadores levantando cada variável de universidades específicas, possibilitando a comparação entre elas. Ainda, sugere-se uma comparação por agrupamento de estados e quantidade de alunos.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Rev. Adm. Pública**, v.41, p.67-86, 2007.

ANTUNES, V. V.. Expansão e Democratização Universitária: a Implementação do REUNI na Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Revista Habitus**, v.14, n.1, p.91-99, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, REUNI. Brasília: DOU, 2007

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DOU, 1988.

BRASIL. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília: MEC, 2012.

BRESSER, L. C. P.. A construção política do estado. **Lua Nova**, v. 1, n.81, p.117-46, 2010a.

BRESSER, L. C. P.. Democracia, estado social e reforma gerencial. **Revista de Administração de Empresas**, v.50, n.1, p.112-116, 2010b.

BRITO, M. I. L.. **Implementação do REUNI na UnB (2008-2011): limites na ampliação de vagas e redução da evasão**. 2013. Universidade de Brasília, 2013.

CISLAGHI, J. F.. **Análise do REUNI : uma nova expressão da contra-reforma universitária brasileira**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

FAVATO, M. N.; RUIZ, M. J. F.. REUNI : política para a democratização da educação superior ? **Revista Eletrônica de Educação**, v.12, n.2, p.448-463, 2018.

LIMA, E. E.; MACHADO, L. R. S.. Reuni e Expansão Universitária na UFMG de 2008 a 2012. **Educação & Realidade**, v.41, n.2, p.383-406, 2016.

LIMA, K. R. S.. O Programa Reuni e os desafios para a formação profissional em Serviço Social. **R. Katál.**, v.16, n.2, p.258-267, 2013.

LUGÃO, R.. Reforma Universitária No Brasil : Uma Análise Dos Documentos Oficiais E Da Produção Científica Sobre O Reuni, Programa De Apoio a Planos De Reestruturação E Expansão Das Universidades Federais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMÉRICA DEL SUR, 10. **Anais**. Mar del Plata, 2010.

MAGALHÃES, A. M. S.; REAL, G. C. M.. A produção científica sobre a expansão da educação superior e seus

desdobramentos a partir do Programa Reuni : tendências e lacunas (PDE) no ano de 2007 , como um programa voltado para a expansão do sistema federal de. **Avaliação**, v.23, n.2, p.467-489, 2018.

MANCIBO, D.; VALE, A. A.; MARTINS, T. B.. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educacao**, v.20, n.60, p.31-50, 2015.

MEDEIROS, L. G. M.. **O REUNI: uma nova regulação da política de expansão da educação superior: o caso da ufpa**. Belém: UFPA, 2012.

MELO, N. P. S. B.. **Políticas Públicas, Financiamento e Democratização da Educação Superior: Avaliação do REUNI da Universidade Federal de Tocantins**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

MOURA, L. G.; LOPES, J. E. F.. A Implantação do REUNI e o seu Impacto na Evasão Discente da Universidade Federal de Uberlândia. In: ENCONTRO DE GESTÃO E NEGÓCIOS. **Anais**. Uberlândia, 2017.

OLIVEIRA, A.. Programa reuni nas instituições de ensino superior federal [ifes] brasileiras: Um estudo da eficiência operacional por meio da análise envoltória de dados [dea] no período de 2006 a 2012. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v.13, n.3, p.1179-1210, 2014.

PAULA, C. H.; ALMEIDA, F. M.. O programa Reuni e o desempenho das Ifes brasileiras. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, v.28, n.109, p.1054-1075, 2020.

PEREIRA, J.. O REUNI na Universidade Federal de Santa Catarina: Análise a partir do PDI e dos Relatórios de Gestão. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 15. **Anais**. Mar del Plata, 2015.

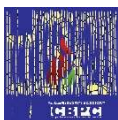
SALES, E. C. S. S.. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: avaliação dos resultados do programa Reuni sob a perspectiva de políticas públicas para a educação superior**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

SALES, E. C. S. S.. O programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): uma análise de seu processo de avaliação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v.24, n.3, p.658-679, 2019.

VIEIRA, S. L.; NOGUEIRA, J. F. F.. Reformas da educação superior no Brasil: tempo(s) e movimento(s). **Revista Lusofona de Educacao**, v.35, n.35, p.13-28, 2017.

Os autores detêm os direitos autorais de sua obra publicada. A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detêm os direitos materiais dos trabalhos publicados (obras, artigos etc.). Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas ou digitais sob coordenação da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.

Todas as obras (artigos) publicadas serão tokenizadas, ou seja, terão um NFT equivalente armazenado e comercializado livremente na rede OpenSea (https://opensea.io/HUB_CBPC), onde a CBPC irá operacionalizar a transferência dos direitos materiais das publicações para os próprios autores ou quaisquer interessados em adquiri-los e fazer o uso que lhe for de interesse.



Os direitos comerciais deste artigo podem ser adquiridos pelos autores ou quaisquer interessados através da aquisição, para posterior comercialização ou guarda, do NFT (Non-Fungible Token) equivalente através do seguinte link na OpenSea (Ethereum).

The commercial rights of this article can be acquired by the authors or any interested parties through the acquisition, for later commercialization or storage, of the equivalent NFT (Non-Fungible Token) through the following link on OpenSea (Ethereum).



<https://opensea.io/assets/ethereum/0x495f947276749ce646f68ac8c248420045cb7b5e/44951876800440915849902480545070078646674086961356520679561157925349592399873/>